


A DIALÉTICA DA MELANCOLIA: UM MODELO DE ENTENDIMENTO DA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES ADAPTADAS

THE DIALECTIC OF MELANCHOLY: A MODEL FOR UNDERSTANDING THE PRODUCTION OF ADAPTED SUBJECTIVITIES

LA DIALÉCTICA DE LA MELANCOLÍA: UN MODELO DE COMPRENSIÓN DE LA PRODUCCIÓN DE SUBJETIVIDADES ADAPTADAS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-024>

Data de submissão: 03/11/2025

Data de publicação: 03/12/2025

Mariana Bergo Damaso Silva

Doutorado em Educação

Instituição: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

E-mail: marianabergo.d@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2819-9141>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2135099952877999>

RESUMO

A partir da problemática da impossibilidade de formação do indivíduo em uma organização social pautada pela barbárie, se analisa a constituição da melancolia, cuja característica de mantenedora da lembrança da dor vivida questiona a sobrevivência em um estado de inversão de meios de fins, que mutila o indivíduo enquanto o convoca a participar de uma realidade alheia à sua realização enquanto tal. Na contramão do que é exigido pela cultura neoliberal, o estado melancólico ao mesmo tempo que manifesta os impedimentos infligidos ao indivíduo, indica a possibilidade de se resistir a essas condições pela renúncia da inverdade do sentido imposto e pode assinalar ainda uma orientação ética-política da ação presente por seu movimento trazer rastros do não-esquecimento, condição fundamental para a reflexão crítica sobre a imposição contemporânea do processo social de adaptação.

Palavras-chave: Esquecimento. Formação. Teoria Crítica. Freud. Educação.

ABSTRACT

Based on the problem of the impossibility of forming the individual in a social organization based on barbarism, the constitution of melancholy is analyzed, whose characteristic of maintaining the memory of the pain experienced questions survival in a state of inversion of means and ends, which mutilates the individual while summoning them to participate in a reality that is alien to their realization as such. Contrary to what is demanded by neoliberal culture, the melancholic state, while manifesting the impediments inflicted on the individual, indicates the possibility of resisting these conditions by renouncing the untruth of the imposed meaning and can also signal an ethical-political orientation of present action because its movement brings traces of non-forgetfulness, a fundamental condition for critical reflection on the contemporary imposition of the social process of adaptation.

Keywords: Forgetfulness. Formation. Critical Theory. Freud. Education.

RESUMEN

A partir del problema de la imposibilidad de formación del individuo en una organización social regida por la barbarie, se analiza la constitución de la melancolía, cuya característica de mantener el recuerdo

del dolor experimentado cuestiona la supervivencia en un estado de inversión de medios y fines, que mutila al individuo al tiempo que lo convoca a participar de una realidad ajena a su realización como tal. Al contrario de lo que exige la cultura neoliberal, el estado melancólico, al tiempo que manifiesta los impedimentos infligidos al individuo, indica la posibilidad de resistir a estas condiciones renunciando a la falsedad del sentido impuesto y puede señalar también una orientación ético-política de la acción presente, porque su movimiento aporta huellas de no-olvido, condición fundamental para la reflexión crítica sobre la imposición contemporánea del proceso social de adaptación.

Palabras clave: Olvido. Formación. Teoría Crítica. Freud. Educación.

1 INTRODUÇÃO

Com base nas proposições de Theodor W. Adorno (1995) acerca da necessidade de uma racionalidade capaz de pensar a si mesma nas formas de violência que perpetua, investiga-se aqui o conceito de melancolia a partir da formulação do autor sobre o projeto de esclarecimento, que organiza as sociedades modernas, em diálogo com a constituição do estado melancólico segundo a proposição de Freud (1974). No entendimento que aqui se pretende construir, considera-se que, como condição para superação dos determinantes sociais que infligem historicamente sofrimentos ao indivíduo, deve-se considerar uma outra relação com a dor sofrida, que vá além de uma abordagem individualizada.

Busca-se considerar o sofrimento psíquico extrapolando o espaço estrito da psicologia clínica indo ao encontro de áreas como a educação, que se presta à elaboração da dimensão formativa. Desse modo, interroga-se a racionalidade contemporânea e os seus efeitos sobre o sujeito, em um posicionamento que se encontra com a caracterização da melancolia.

Como aponta Horkheimer e Adorno (1973) a compreensão do indivíduo não se dá dissociada da compreensão da sociedade, fundando o entendimento de que a forma e o conteúdo que constituem o indivíduo, cuja substância é histórica e material, é determinada pela maneira como a sociedade ordena a si mesma e determina a configuração das relações sociais concretas nas quais o indivíduo se insere. Identificar as bases sob as quais se funda a humanidade permite – e pode-se dizer que seja a condição para – a localização e o entendimento dos fenômenos que se identificam na constituição e nas manifestações da subjetividade.

Em uma realidade cindida onde, interesses particulares se anunciam como universais e sustentam o sistema racional, a racionalidade que deveria servir como instrumento de organização da existência humana se estrutura como representante da hegemonia, trazendo em si uma contradição (ADORNO, 1996). A partir desse entendimento, considera-se que a totalidade social se orienta por fins contrários aos necessários para a existência do indivíduo que, por isso, precisa se anular para que a coletividade se mantenha.

Assim, tem-se que a contradição presente na realidade social, na qual se situam os processos educativos, é observada nas manifestações do sofrimento individual. A partir de uma perspectiva sociológica, compreende-se o modo pelo qual o indivíduo vivencia o seu sintoma na relação com o modo como esse indivíduo se situa socialmente, estando mediado pelas instituições que ordenam o processo formativo (FRANCISCATTI, 2002). A recusa presente na melancolia pode ser compreendida assim, não como uma incapacidade, mas como uma resposta do indivíduo ao processo de desumanização que é colocado em movimento pela estrutura social contemporânea.

Passando pelos conceitos de semiformação e racionalidade, a partir dos quais se realiza a análise do conceito de melancolia como resistência à imposição de uma formação danificada, o marco teórico da presente investigação é composto pelo diálogo entre enfoque sociológico de Theodor Adorno e a psicanálise freudiana. Considera-se assim, a constituição histórica do indivíduo em seu entrelaçamento com a cultura, que se entende pelo conceito de formação, construindo a caracterização da melancolia não como um sintoma a ser superado, mas como um modelo de análise. Por resguardar indícios de memória do irrealizado, tal modelo pode permitir a elaboração da razão diante da dominação e a conservação da possibilidade de realização da cultura como lugar da formação do indivíduo.

2 A FORMAÇÃO DANIFICADA

Para Adorno (2010), a formação cultural diz do processo de apropriação subjetiva da cultura, que insere o indivíduo naquilo que lhe é próprio: a sua humanidade. O indivíduo formado é aquele capaz de se afirmar como ser racional e livre, o que não se dissocia, uma vez que é a sua fonte, de uma sociedade também racional e livre. Dentro de uma tradição da teoria crítica em diálogo com a psicanálise, o sujeito é uma formação voltada para a possibilidade de diferenciação, que implica uma constituição capaz de sustentar uma posição de autonomia.

Isso aponta para o fato de que a formação não é um processo que acontece de maneira isolada e individual, mas sim na construção do espaço entre sujeito e objeto, no qual o primeiro se percebe mediado. Compõe a experiência formativa o movimento pelo qual o sujeito é confrontado com a sua limitação, em um processo determinado por uma dialética negativa, conforme indica Adorno (2009). A compreensão da dialética negativa indica que a formação não se dá em um movimento apenas positivo de constituição, mas é permeado por elementos que não se encaixam totalmente na forma constituída. Nesse sentido, o movimento necessário à estruturação de uma unidade, que é reconhecida como Eu, parte do contato com o aquilo que lhe é diverso, fazendo com que a identidade esteja sempre referida àquilo que lhe escapa.

Em um mundo onde impera a padronização e a imediatividade, impulsionados pelos avanços tecnológicos que são orientados justamente pela planificação das dinâmicas sociais, o que se tem como resultado é a imposição de uma lógica mercantilizante a todos os domínios da vida. Não havendo espaço para a constituição do diverso, a formação se converte em semiformação, uma “falsa experiência que obscurece, mas ao mesmo tempo convence” (MAAR, 1995, p. 23), colocando no lugar da experiência, relações de consumo, que passam a compor a estrutura psíquica dos sujeitos submetidos a tal lógica.

É justamente por compor a vida interna do indivíduo que essa condição, apesar de falsa, se mantém atuante de maneira generalizada (ADORNO, 1995). Se Marx (2013) mostra que as forças materiais humanas foram apropriadas para a manutenção da sociedade de classes, é Freud (1974) que aponta como este estado de coisas externo determina a constituição e a dinâmica da subjetividade, indicando como esta realidade é mantida também pelo trabalho do psiquismo individual, que por se sustentar no sacrifício que impõe a repressão, age de maneira cega com relação aos seus próprios interesses (MATOS, 1989).

Segundo Adorno (2010), sendo a semiformação uma falha do movimento formativo, ela se caracteriza também como “uma fraqueza em relação ao tempo” (p. 406) por romper com a consciência que conserva o que foi a formação em outros tempos, dificultando o entendimento do que seria o seu avanço ou a sua deterioração. Destituído do acesso a sua própria constituição, o indivíduo cede a conformação e confirmação da realidade que a ele se apresenta. A repetição do mesmo tempo sem passado representa uma compulsão que exige dos indivíduos o constante responder à ordem do progresso. Impedido de alcançar a realidade e compreendê-la, mas sem a possibilidade de cessar o movimento do ‘sempre em frente’, a consciência, que serve a conservação, realiza a justificação do injustificável, e o indivíduo se torna reprodutor ativo e consciente do seu próprio sofrimento.

Para Adorno (2009), o momento negativo é fundamental ao pensamento dialético. Ela representa tudo aquilo que resiste à síntese, e assim, à adequação à normatividade dominante. Em outras palavras, o momento negativo é aquele que insiste e que não se encaixa no sistema, mas que, justamente por isso, revela as suas contradições. A racionalidade instrumental, dominante na modernidade capitalista, tenta suprimir a negatividade: o sofrimento, a pausa, o erro e a diferença. Assim, a sociedade tende a modelar sujeitos ajustados e adaptados. Tudo o que escapa a essa forma é considerado improdutivo e disfuncional.

Este quadro das causas e motivos contidos no conceito de semiformação indicam que não é possível mudar isoladamente a situação objetiva, uma vez que esta se enreda com efeitos profundos na subjetividade e é contornado por ambivalências, sendo necessário um entendimento que alcance o caráter de múltipla determinação da realidade, em seus aspectos objetivos e subjetivos.

3 A MELANCOLIA COMO REGISTRO HISTÓRICO

Em Luto e Melancolia (1947), Freud descreve a melancolia como um luto que não se conclui. Há uma perda de objeto (real ou simbólica) que o sujeito não consegue nomear ou elaborar, e por conta disso, localiza o registro psíquico dessa perda no próprio eu, gerando afetos de autodesvalorização, inibição e sofrimento sem um contorno objetal definido. A constituição melancólica representa no

plano psíquico um afeto que perde o seu lugar e que retorna de forma patológica, devido tanto à imposição da perda objetal, quanto à predisposição do sujeito de lidar com as identificações com o objeto.

Considerando o processo de formação subjetiva, que é determinado pela relação do sujeito com as influências do meio, deve-se pensar a constituição da melancolia a partir de uma dinâmica social, inserindo a compreensão acerca da predisposição subjetiva nesse entendimento relacional. Dessa maneira, entende-se que os fenômenos sociais estão em uma relação de mútua determinação com estados de pensamento. Ao identificar na sociedade a presença de um intenso processo de reificação, tem-se que o seu correlato é o pensamento que se constitui ocultando os seus limites e esquecendo o seu rastro. Isso quer dizer que a forma social hegemônica paralisa o desdobramento de tendências alternativas que seriam próprias do caráter vivo da cultura.

A partir do indicado por Adorno (1995) tem-se que a natureza da relação do indivíduo contemporâneo com o passado, próprio e social, é entendida de duas maneiras: primeiro, esse passado não é a conservação do acontecimento estrito, tal como se deu, uma vez que originalmente já o é mediado pela experiência e conserva o acontecido de maneira transformada na relação com as aptidões e vontades do sujeito; segundo, apoiado nesse entendimento, é a relação com o passado enquanto experiência e conservação do vivido, preservados na consciência como promessa e como marca, que impõe a necessidade do estar em contato com ele, uma vez que sua presença, consciente ou não, se impõe seja dando forma à necessidade e à vontade, seja apagando-as em nome da adaptação à ordem.

Como visto, a lógica do mundo administrado é a de engendrar todos os seus processos no esquecimento do que é o humano, elegendo a reprodução da técnica, progressivamente refinada, para tomar o lugar da verdade e do trabalho da razão. O tensionamento das condições que produzem a impotência do indivíduo provoca reações de insatisfação, fazendo emergir a contradição deste modo de vida. No desencantamento do mundo promovido pelos interesses da burguesia, a perda da tradição, da memória dos determinantes históricos presentes nas condições de formação do homem, causa o abandono do indivíduo a si mesmo, sem que este possa contar com uma individualidade constituída (ADORNO, 1995).

Segundo Adorno (1993, p. 51), Freud “[...] investigou de um ponto de vista materialista o agir consciente, descendo ao fundamento pulsional inconsciente deste último [...]”, descrevendo a partir desses termos a dinâmica da perda e do esquecimento articuladas ao conceito de melancolia. Como apresentado por Kehl (2010), a palavra melancolia foi empregada pelo autor para analisar uma enfermidade mental chamada pela psiquiatria de psicose maníaco-depressiva. Sua compreensão do fenômeno foi fundamental para o entendimento do complexo melancólico depressivo no campo da

psicanálise, em um entendimento que alarga a concepção da melancolia tratada pela tradição do pensamento ocidental, que a relacionava à cultura e à criação artística. É na articulação entre a abordagem psicológica e a tradicional que se localiza o entendimento aqui elaborado.

Matos (1989), seguindo esta articulação, diz ser a melancolia a conservação da memória de uma questão cujo esquecimento se radicaliza na racionalidade tecnológica, que por impossibilitar a realização do indivíduo com o mínimo de sacrifícios, o liquida junto à sua memória. O que se conserva é a promessa de que a totalidade social deve oferecer as condições para que a emancipação seja possível. Apartado da dimensão do tempo e do espaço externo, o melancólico, na sua recusa ao esquecimento, traz a marca do sofrimento vivido e da regressão do movimento pulsional frente ao medo exacerbado, mas também preserva os traços daquilo que lhe foi negado.

Para Freud (1974), o luto é um processo penoso diante da suspensão do contato com aquilo que passa a estar irremediavelmente inacessível e, na melancolia, a pulsão proveniente dessa suspensão se nega de forma mais duradoura a buscar novos objetos externos, numa regressão do trabalho da libido ao eu. Isso se deve à recusa do eu em abandonar a relação com o objeto, identificado como o representante da satisfação ao alcance do sujeito. Nesse entendimento, na melancolia a perda do objeto se traduz como perda de aspectos do próprio eu, o que desencadeia uma reação de oposição ao que não pode ocupar o lugar do objeto perdido.

Freud (1974) prepara essa ideia em seu texto “Sobre a transitoriedade” que reflete sobre as diferentes disposições emocionais frente a efemeridade daquilo que é belo. Ante à ameaça da morte que condena à decadência aquilo que se ama, podem ser manifestados os sentimentos de desalento ou de rebelião. A consciência da transitoriedade da fruição de um objeto leva a um doloroso processo de desligamento da libido que pode intensificar o dano que recaiu sobre a vida e, segundo os ditames da economia pulsional, tanto pode fazer com que se ceda a esse dano quanto se resguardar a reivindicação da continuidade da beleza e de sua fruição. Tal sentimento contém o reconhecimento de que algo precioso à vida foi perdido no confronto com os obstáculos impostos ao movimento da pulsão (FRANCISCATTI, 2005).

Crochík (2000), indica ainda que, a melancolia é marcada por aquilo que no processo de individuação e autoconservação se perdeu, na lembrança do gozo esquecido e constantemente adiado. Como no movimento da memória, a melancolia é a experiência de perplexidade do indivíduo frente a uma questão que não pode ser resolvida. É o confronto da consciência com uma ausência que se funda no apagamento das suas possibilidades de existência e deixa como resto o esvaziamento dessa existência convertida em objeto da totalidade social.

O melancólico é aquele que, no confronto com uma realidade empobrecida e ameaçadora, encontra em si mesmo as marcas dessa situação e se volta para ela em um recolhimento que reconhece no imperativo do ‘sempre em frente’, exigido pelo ritmo de produção capitalista, o afastamento de uma verdade capaz de apontar para a barbárie. Não é o estado melancólico que arrasta o indivíduo para uma existência empobrecida, é a totalidade social que impõe seu empobrecimento cujo reconhecimento se particulariza na melancolia. Isto porque, segundo Matos (2006), o projeto de racionalização que liquida as referências individuais e coletivas não é um processo que se dá integralmente, mas sim deixando rastros, nos quais se insere a memória, onde se fixa a melancolia.

Matos (1989) retoma Adorno para indicar que o estado melancólico é aquele que, em uma espécie de dialética negativa, nega o dado apontando para aquilo que ele não é a partir da experiência com aquilo que pode ser. O indivíduo se volta para a melancolia após a imposição de uma perda que não se repara com os objetos disponíveis, uma vez que o que se perde é da ordem da manutenção de sua individualidade. Ao negar a substituição do objeto perdido se mantendo recolhido do contato com aspectos do mundo externo, resiste a anulação de si em uma totalidade que pede o sacrifício sem reparação.

5 O SINTOMA PARA ALÉM DA PSICOPATOLOGIA

Se a formação se realiza pelo contato com os objetos historicamente constituídos e capazes de realizar a forma humana, e por isso não se separa da tradição e da dimensão da ancestralidade (MATOS, 1989), é próprio da racionalidade ordenadora do mundo burguês dissociar o progresso do seu elemento histórico e ver como avanço a constante sobreposição de um falso diferenciado que se separa do que o precedeu. A relação com a tradição não deve ser de enrijecimento de modos e fatos, mas do contato com o existente para a atualização daquilo que merece ser preservado, uma vez que mantém a possibilidade da satisfação humana.

A formação que se sustenta na continuidade se efetiva quando o novo se particulariza, por isso é dinâmica: entre a manutenção e o contato com o que é contínuo e igual e o rompimento dessa continuidade pelo estabelecimento de um outro (ADORNO, 1996). Já a ordenação do mundo administrado torna unidirecional o movimento da história, uniformizando-o pela inserção de uma lógica que substitui o passado e impõe aquilo que deve ser repetido sem que se tenha contato com essa repetição.

Uma vez que não há vida que se passe fora do tempo e do espaço histórico, que vem sendo constituído com base no princípio de dominação da natureza, a violência do homem contra os outros homens e contra si mesmo (natureza interna) também deixa sua marca (HORKHEIMER; ADORNO,

1973). Se o indivíduo, nas condições atuais aqui descritas, foi destituído do seu papel ativo na transformação da realidade, Adorno (1995) argumenta que a única coisa que pode ainda reconhecer a injustiça é a lembrança, o registro das marcas deixadas pela formação impedida. O pensador enfatiza que o esquecimento dos fenômenos que lembram a persistência da barbárie não se explica a partir da psicopatologia, mas a partir da situação social geral.

Na sociedade contemporânea, especialmente sob a lógica neoliberal, há uma imposição crescente de um ideal de sujeito hiperpositivo, permanentemente produtivo, eficiente, adaptável e focado. Nesse contexto, prevalece uma cultura da alta performance, na qual não há espaço legítimo para a expressão da negatividade subjetiva. Sentimentos como tédio, angústia, frustração, cansaço, dispersão e insatisfação são desqualificados, tornando-se experiências indesejáveis, patologizadas ou rapidamente medicalizadas.

Essa recusa da negatividade não é apenas um traço individual, mas revela uma operação ideológica que desloca as contradições estruturais da sociedade para o campo da responsabilidade pessoal. Assim, aquilo que poderia ser reconhecido como sintoma social, sendo um sinal das tensões, das violências simbólicas e das exigências exaustivas do modelo neoliberal, passa a ser interpretado como fracasso individual, déficit pessoal ou incapacidade de adaptação. Esse mecanismo não só produz sofrimento psíquico, como também reforça os dispositivos de controle e autocobrança, dificultando a elaboração crítica da própria condição de existência.

O mecanismo psicológico de recusa de lembranças desagradáveis é mobilizado a fim de servir a objetivos práticos. Para que a imagem de progresso proclamada pela sociedade seja sustentada de modo a manter certa coesão social com os fins pretendidos, a lembrança da barbárie passada deve ser turvada, por isso “apagar a memória seria muito mais um resultado da consciência vigilante do que resultado da fraqueza da consciência frente à superioridade de processos inconscientes” (ADORNO, 1995, p. 34).

De acordo com Matos (1989), também em diálogo com Adorno, se a história é massacre, porque é mantida em um fluxo de tempo que carrega o esquecimento e impõe violência à vida, a memória é a possibilidade de redenção, na preservação daquilo que não deve ser perdoado sem antes ser superado. O rememorar, o não esquecer, são uma pausa no curso do tempo compulsivo e abrem espaço para a possibilidade de elaboração.

É nesse sentido que Adorno (1996) indica que o ritmo de produção e reprodução de uma realidade alienante é mantido pela dominação da memória, processo no qual se solicita o constante responder ao novo, apenas reconhecido como novo pelo esquecimento do que já foi. Formas sociais já

vivenciadas como trágicas se repetem sob a aparência de circunstancialidade, agindo como repetições de ordens opressivas contra as manifestações de individualidades ainda resistentes.

O chamado à adaptação à uma realidade que em nada inova sua estrutura opressiva é operado pelo mecanismo de manutenção do esquecimento, garantindo que toda manifestação de mal-estar ou insatisfação seja cooptada para o esforço de manter-se competitivo, à espera de um momento de reconhecimento e realização. Isso se deve ao fato de que, como indicam Horkheimer e Adorno (1973), a lógica da indústria cultural anestesia o desejo, componente que impulsiona o movimento de transformação da realidade para satisfação dos interesses humanos, expondo repetidamente os objetos destinados a satisfação do prazer, já mutilado pela renúncia imposta pela sociedade, à reprodução mecânica.

Mobiliza-se o desejo que resiste ao recalçamento enquadrando-o à possibilidade de satisfação que não ameace a reprodução do todo social. A busca pelo prazer, que poderia levar a produção do novo pela orientação dos rumos da razão, como indicado por Adorno (2015), é reconduzida ao ponto de partida, à necessidade de progressão do valor. Padroniza-se a subjetividade mantendo, assim, os indivíduos sob a mesma mão controladora.

A necessidade do manter-se referido ao passado se impõe enquanto as condições que produzem a desumanização ainda persistirem e, por isso, se mantiverem atuantes (ADORNO, 1996). Este entendimento redimensiona a relação que se deve estabelecer entre o fundamento e o que dele resulta e qual o lugar da memória no processo vital de produção e reprodução da realidade humana.

6 O POTENCIAL CRÍTICO DO NÃO-ESQUECIMENTO

A repressão da negatividade não se limita a uma abstração teórica, mas se materializa de maneira contundente nas práticas sociais e institucionais que atravessam a infância, a saúde mental, a educação e a construção da subjetividade. A cultura contemporânea, no lugar de reconhecer a negatividade como uma dimensão constitutiva da experiência humana, busca neutralizá-la, patologizá-la ou convertê-la em mercadoria, oferecendo soluções rápidas, produtivas e consumíveis. O indivíduo sobrevive a si mesmo. Mas em seu resíduo, naquilo que está condenado pela história, há ainda algo que resiste à falsa identidade. Sua função reside na ausência de funcionalidade: ele é o espírito que, contradizendo o geral, o representa.

A verdade capaz de clarear a problemática da semiinformação se vislumbra através dos sofrimentos infligidos ao indivíduo pelo sistema totalitário ao qual ele pertence, mas sem se encontrar completamente integrado e podendo ainda se distanciar, mesmo que pela disfunção. Se o movimento do todo social se ordena para progresso das forças que tomaram a centralidade do processo, e que se

sustentam naquele apagamento do que indica sua inverdade, é o que não se enquadra à inteira utilidade, tão totalitariamente calculada pelo progresso científico representado nas vertentes positivistas, que preserva a ideia, materialmente orientada, do indivíduo que se quer realizar.

A memória da dor e a recusa do esquecimento, que configuram o estado melancólico, oferece o referencial crítico com relação ao existente e impede as tentativas de anestesiá-lo a consciência por parte de um sistema que quer recobrir de sentido o seu funcionamento irracional. Porque não há um fim intrínseco ao movimento da história é que se faz necessário o constante exercício da crítica e a fundamentação desse movimento no que é capaz de se desenrolar em afirmação de liberdade, elegendo-se como orientação a superação da violência desnecessária, contra a sua apropriação pelas tendências à barbárie.

Conforme indica Adorno (1993), o pensamento se nutre dos impulsos e a ordenação racional da existência se nutre da satisfação pulsional do indivíduo. Este é negado por uma racionalidade que exclui a pulsão como orientadora do percurso histórico humano, exclusão declarada como ato de astúcia e que oculta um rastro de dominação ainda não superado. O corpo, representante histórico no lugar de indivíduo, traz em suas limitações ao prazer e à consciência, as marcas desse processo (TIBURI, 2004). A melancolia enquanto um olhar para esse corpo marcado, se apresenta como negação à uma racionalidade que não dá conta de realizar a liberdade humana, resistindo enquanto um saber que reconhece a contradição na qual se encontra o indivíduo.

Numa direção contrária ao que é imposto pela indústria cultural, que opera pelo confinamento do espírito e dos sentidos, é a possibilidade de sensibilização do pensamento, colocando-o em contato com seus limites, que permite à verdade se manifestar, anunciando a falsidade da realidade e os seus momentos de contradição, na qual se encontra o potencial para a transformação social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, o que se tem é que no processo de constituição histórica da realidade humana, externa e interna, objetivam-se possibilidades de diferenciação e de ampliação dessa realidade ao mesmo tempo que se mantém o indiferenciado, a imposição do sempre mesmo, que não superado se atualiza como determinante no progresso das forças históricas, orientadas pela manutenção de interesses particulares opostos ao verdadeiramente universal. E sendo a verdade o que se encerra na felicidade, o verdadeiro é aquilo que se dirige para a superação do sofrimento (HORKHEIMER; ADORNO, 1985).

Se para que o processo de formação da constituição humana se efetive é necessário que a ação humana no mundo e a organização desse mundo sejam orientadas pelos princípios da liberdade e

autonomia humana, a ordenação racional da realidade para a satisfação das necessidades verdadeiramente humanas se mantém historicamente como uma promessa ainda não cumprida, como aquilo que ainda cabe a humanidade realizar.

É a tendência ao enfraquecimento da consciência de continuidade histórica um dos principais elementos que contribuem para a manutenção da humanidade em um estado de barbárie (ADORNO, 1995). Essas tendências são ditadas por uma organização social que preza pelo desenvolvimento econômico e submete o existente às leis da troca que, esvaziado de seu conteúdo histórico e humano, serve ao cálculo do equivalente e da atribuição de valor enquanto mercadoria. Este esvaziamento apaga a forma histórica humana, naturalizando sofrimentos e afastando a humanidade da possibilidade de realização da emancipação.

Segundo Adorno (1996), pelo predomínio da técnica e da sua reprodutibilidade, opera-se na destruição da memória, que leva consigo a experiência acumulada que serviria à formação. A experiência, que é também movimento de transformação do sujeito no contato com o objeto, fica substituída pelo acesso a informações pontuais, desconectadas e efêmeras, mantendo a fragmentação do indivíduo que só se constitui como unidade na dialética da diferenciação e da continuidade entre todo e parte. E como lembra Benjamin (2012), a rememoração do passado se dá a partir da identificação do perigo presente, que busca nas ruínas vestígios de um diverso que poderia ser elevado no movimento do progresso. Gagnebin (2006), em diálogo com Benjamin e Adorno, ressalta que é o não-esquecimento em sua relação com a presença do que não existe mais que pode iluminar o que sustenta a semiformação do indivíduo e a possibilidade de elaborar os condicionamentos que recaem sobre as instâncias de mediação social.

Articular historicamente o passado se deve menos a uma tentativa de descrição de fatos, pretendido pela ciência positivista, do que ao pensar as bases sob as quais se fundam os fatos presentes, em uma pretensão ético-política de se opor à tendência ao esquecimento e à justificação da violência objetiva frente o chamado à adaptação e produtividade. A evocação da memória se dá a partir da tensão entre a presença de um presente fragilizado e a ausência de um passado desaparecido, que enfraquece a continuidade e a transmissão da tradição humana e sua possibilidade de transformação pelas gerações (GAGNEBIN, 2006). O não-esquecimento mantém presente aquilo que ainda cabe elaborar e, uma vez que aquele que olha para o passado o pode clarificar com as marcas da dor presente, ilumina-se o sofrimento que se arrasta e que deve ser superado, superando-se as condições que o sustentam em um esforço de compreensão e de esclarecimento.

Como indicado por Adorno (1996), as possibilidades de se fazer frente às condições que mantêm a barbárie se encontram no reconhecimento de um todo social e de particularidades, de traços

objetivos e subjetivos, que têm se constituído historicamente por fins não humanos – posto que, “[...] a única possibilidade de sobrevivência que resta à cultura é a auto-reflexão crítica sobre a semiformação, em que necessariamente se converteu” (p. 410). Para tal, entende-se que o esforço de trazer à luz o falseamento da relação entre indivíduo e sociedade é o que orienta o trabalho da reflexão crítica, que pensa o indivíduo e sua subjetividade em um esforço de se chegar à determinação do todo, instância na qual se encontra verdadeiramente o problema a ser superado.

Resgatando o tensionamento entre um movimento de opressão e o movimento de uma vida não completamente paralisada e identificada como todo desumano, ao mesmo tempo que o estado melancólico manifesta os impedimentos impostos ao indivíduo, por conta da paralisia da pulsão, a resistência se situa no olhar para o rastro deixado pelo progresso da dominação que deixa para trás uma certa ideia de humanidade. Dessa maneira, o não-esquecimento assumido na melancolia, mantém presente aquilo que ainda cabe elaborar, uma vez que ainda é causa de sofrimento. Ilumina-se o sofrimento que se arrasta e que deve ser superado pela transformação das condições que o sustentam, reafirmando o caráter histórico da realidade em um compromisso ético-político de se opor à justificação das várias violências em nome da força do chamado à adaptação e produtividade que mantem a inversão de meios e fins e o predomínio do desenvolvimento econômico que não corresponde a alcançar a liberdade humana.

É a partir desse modelo crítico que se constrói a crítica à uma realidade distanciada da possibilidade de oferecer as condições para a formação do indivíduo, sendo o principal apontamento destas elaborações a questão de que, uma vez que o processo de formação é orientado e se realiza historicamente, é necessário conhecer as condições nas quais se encontra a humanidade e o que as sustenta, para que alguma superação seja realizável. Dado que só é possível elaborar o passado que causou violência e sofrimento quando as condições que levaram a determinado acontecimento estiverem sido superadas, e não mais se tenha que viver o retorno de velhas ameaças, faz-se necessário, então, um tanto de fixação àquilo que ainda não foi superado, resistência que encontra alguns de seus rastros na melancolia.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ADORNO, Theodor. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- ADORNO, Theodor. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Ática, 1993.
- ADORNO, Theodor. *Palavras e sinais: modelos críticos*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ADORNO, Theodor. Teoria da semiformação. In: PUCCI, Bruno; ZUIN, Antonio Antonio; LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco (orgs.). *Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 7–40.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241–252.
- CROCHÍK, José Leon. Ulisses e Narciso: o abandono de si mesmo e o abandono a si mesmo. *Revista Olhar*, São Carlos, v. 2, n. 1, 2000. Disponível em: <https://www.revistaolhar.ufscar.br/index.php/olhar/article/view/48/40>. Acesso em: 7 nov. 2025.
- FRANCISCATTI, Kety. *A maldição da individuação: reflexões sobre o entrelaçamento prazer-medo e a expressão literária*. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- FRANCISCATTI, Kety. À felicidade na liberdade ou à felicidade na ausência de liberdade. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 123–140, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822002000100008>. Acesso em: 7 nov. 2025.
- FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1947.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix/USP, 1973.
- KEHL, Maria Rita. A melancolia em Walter Benjamin e em Freud. In: *III Seminário Internacional Políticas de la Memoria*, Buenos Aires, 2010.

MAAR, Leo. À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa. In: ADORNO, Theodor. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 8–28.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Olgária. A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna, 2006.

MATOS, Olgária. Os arcanos do inteiramente outro: a Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TIBURI, Marcia. Filosofia cinza: a melancolia e o corpo nas dobras da escrita. São Paulo: Editora Escritos, 2004.